



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Plano de Atividades 2016

ÍNDICE

Introdução

1. Princípios orientadores do Plano Plurianual

- . Desempenho e qualidade da Educação
- . Aprendizagens, equidade e coesão social
- . Conhecimento, inovação e cultura científica
- . Condição docente

2. Plano de Atividades para 2016



Introdução

As atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação têm como referência a sua missão consultiva, instituída no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986 e a Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-lei nº 21/2015 de 3 de fevereiro. Destacam-se nesta nova orgânica a alteração da composição do Conselho de modo a integrar entidades sem representação ou com défice de representatividade, na área do ensino especial, das sociedades científicas, do desporto e das comunidades portuguesas no mundo e das comunidades de imigrantes, bem como a introdução da figura do parecer prévio obrigatório por parte do CNE sobre os projetos e propostas de lei que visem proceder à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Permanecem inalteradas a sua missão de proporcionar a participação das várias forças científicas, sociais, culturais e económicas, na procura de consensos alargados relativamente à política educativa e a natureza de órgão consultivo independente.

Nesse desígnio, o CNE adota uma postura de acompanhamento, de reflexão e de debate sobre os desenvolvimentos operados nas diferentes áreas do sistema educativo, gerando contributos para a sua melhoria, por iniciativa própria e por solicitação do Governo ou da Assembleia da República.

A atividade anual do Conselho enquadra-se num ciclo mais vasto de atividades - o quadriénio 2014-2017 - que foi prospetivado tendo em conta a situação educativa nacional, as prioridades definidas pelo Governo e a vontade expressa de alcançar até 2020 as metas estratégicas para a educação e formação (EF 2020) acordadas no âmbito da União Europeia.

1. Princípios orientadores do Plano Plurianual

Sem prejuízo das solicitações que venham a ser feitas por parte do Governo e da Assembleia da República, o Conselho Nacional de Educação dá continuidade ao plano de ação plurianual iniciado em 2014 e organizado em torno de quatro princípios orientadores:

- i) **Desempenho e qualidade da Educação** – As temáticas a abranger neste domínio centram-se na organização e funcionamento do sistema e nos seus resultados, tendo em conta não só as condicionantes nacionais mas também os processos comunitários e internacionais com os quais o País se encontra comprometido. A apreciação global da atualidade da LBSE e o retrato sobre o Estado da Educação serão temáticas a desenvolver continuamente ao longo deste período. Pelas implicações que tem na arquitetura do sistema educativo, o CNE inscreve a temática Educação, Território e Demografia onde, em colaboração com outras entidades, se procurarão estudar as consequências das alterações demográficas no planeamento da oferta educativa.
- ii) **Aprendizagens, equidade e coesão social** – A extensão da escolaridade obrigatória para 12 anos ou até aos 18 anos de idade coloca ainda grandes desafios no que toca à sua concretização, expressos nas ainda elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, o que reclama uma atenção reforçada aos percursos escolares dos alunos e o acompanhamento adequado aos primeiros sinais de dificuldade. As alterações curriculares que têm vindo a ser introduzidas, quer no ensino básico, quer no ensino secundário, a diversificação de vias existentes para a qualificação de jovens e adultos, os apoios e condições de aprendizagem que são oferecidos constituem áreas de intervenção fundamentais para a elevação do nível educacional da população portuguesa. Simultaneamente, o CNE procurará dar uma atenção particular às questões que se prendem com as dificuldades que têm persistido na implantação de um sistema de orientação escolar e profissional que apoie as crianças, jovens e adultos durante a sua escolaridade e formação, bem como às condições que são oferecidas aos alunos com necessidades educativas especiais.
- iii) **Conhecimento, inovação e cultura científica** – Na sequência do processo de Bolonha e da publicação do RJIES muitas alterações foram introduzidas no funcionamento das instituições, cuja capacidade de desenvolvimento tem vindo a ser desafiada por consideráveis constrangimentos de ordem financeira decorrentes da situação de crise que o País atravessa. O consenso existente de que no futuro próximo importa racionalizar a rede de oferta institucional, de modo a criar massa crítica que permita desenvolver a competitividade das nossas instituições, o seu desenvolvimento científico e a criação de uma cultura científica sólida deverá implicar a introdução de medidas de reestruturação que o CNE não deixará de acompanhar.
- iv) **Condição docente** – A multiplicidade de ações que os professores são chamados a desenvolver no sentido de que todos os alunos tenham as melhores condições de aprendizagem implica que a sua formação e profissionalização sejam fatores

fundamentais da qualidade da educação. São pedidas novas competências profissionais aos professores que lhes permitam fazer face à diversidade cultural e social da população escolar e que, simultaneamente, reforcem o seu papel insubstituível no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o CNE irá promover o estudo, reflexão e debate sobre a formação e o exercício profissional da docência nos seus diferentes aspetos.

2. Plano de Atividades para 2016

A partir da leitura do relatório Estado da Educação 2014, foram identificadas cinco áreas de reflexão que orientarão a agenda do CNE, nos próximos tempos designadamente: (1) **Educação de infância** - a quebra de aproximadamente 20% do número de nascimentos produzirá efeitos nos próximos cinco anos sobre o ordenamento da rede e a racionalização de recursos físicos e humanos e alerta também para a necessidade de se qualificar este setor, reforçando competências e promovendo uma estreita articulação entre os Ministérios da Segurança Social e da Educação; (2) **Reorientação da cultura de retenção** - tendo em conta o provável excesso de recursos humanos na educação face às questões demográficas, será importante reorientá-los para outros objetivos, nomeadamente para o combate ao insucesso escolar, criando-se um quadro de orientações globais e devolvendo às escolas a responsabilidade da adoção de medidas que conduzam à melhoria do sucesso escolar; (3) **Condição docente** - face à constatação de que aproximadamente 1/3 do corpo docente estará reformado nos próximos 10 a 15 anos, há a necessidade de se investir na formação e de resolver o problema do acesso à profissão; (4) **Currículo** - tem de ser ajustado às exigências da sociedade, o que requer uma avaliação e monitorização sistemáticas que permita perceber como está a ser aplicado; (5) **As qualificações e as estratégias de desenvolvimento económico e social** deverão ser objeto da atenção do CNE, face à necessidade de se promover um melhor ajustamento entre a oferta e a procura, quer no que se refere à rede, quer ao mercado, sem prejuízo da liberdade de escolha individual.

De igual modo se destaca o trabalho a desenvolver no âmbito da Comissão Eventual para o estudo e avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo que se traduzirá na realização de oito seminários, que se pretendem descentralizados, e a publicação de um repositório de leis estruturantes da educação desde o século XIX.

O trabalho a desenvolver pelo CNE em 2016 organiza-se em torno de duas linhas estruturantes: acompanhar o desenvolvimento da realidade educativa no país e repensar o atual sistema de modo a responder melhor às transformações sociais e culturais, procurando encontrar os compromissos que permitam melhorar as qualificações dos portugueses.

Uma vez definido o seu campo de atuação, o Conselho distribui o trabalho a realizar pelas seguintes Comissões Especializadas Permanentes e por uma Comissão Eventual:

- 1ª Comissão – Políticas Públicas e Desenvolvimento do Sistema Educativo;
- 2ª Comissão – Conhecimento Escolar, Organização Curricular e Avaliação das Aprendizagens;
- 3ª Comissão – Ensino Superior, Investigação e Cultura Científica;
- 4ª Comissão – Ensino e Formação Vocacional;
- 5ª Comissão – Condição Docente
- Comissão Eventual para o Estudo e Avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo

O quadro que se segue refere os quatro domínios prioritários, as temáticas e as áreas de intervenção que enquadram as atividades a desenvolver pelo Conselho em 2015 e identifica cada uma das Comissões - Especializadas, Eventual e Coordenadora - mais diretamente envolvidas na sua realização.

Atividades a desenvolver em 2016

Domínios Prioritários	Temáticas	Áreas de Intervenção	Atividades em 2016	Comissões envolvidas
1. Desempenho e qualidade da Educação	Avaliação do sistema e acompanhamento das políticas educativas	Adequação da LBSE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de oito seminários entre fevereiro e julho, dedicados aos seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> • Educar para que futuro? • Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar? • A organização do sistema educativo • Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo • Escola pública, liberdade de ensino e serviço público de educação • Organização e desenvolvimento do ensino superior • Educadores e professores: formação inicial, profissionalização, acesso e organização da carreira docente • Centralidade, descentralização e autonomia na administração do sistema educativo: o que compete a quem? ▪ Publicação de um repositório de leis estruturantes da educação, desde o séc. XIX 	C. Eventual
		Políticas e metas europeias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da execução do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 na área da educação em relação com as metas previstas 	1. ^a 4. ^a
		Balanço da política educativa nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração do Relatório "Estado da Educação 2015" 	CNE
		Avaliação, Qualidade e Equidade na Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de investigação Aqueduto em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos 	CNE
	Educação, território e demografia	Planeamento e financiamento da educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da situação 	1. ^a
		Rede nacional de escolas: públicas, particulares e cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da situação da educação pré-escolar ▪ A realidade da escola em Portugal – reuniões descentralizadas (Vila Flor e Constância) ▪ Análise da situação e elaboração de relatório 	1. ^a 2. ^a

		Avaliação externa das escolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do último relatório da IGEC sobre avaliação externa das escolas ▪ Identificação e divulgação de boas práticas de avaliação interna e de autorregulação das escolas ▪ Parecer sobre o processo e resultados da avaliação externa da IGEC 	2. ^a
		Autonomia e Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento do processo de transferência de competências para as autarquias e dos contratos de autonomia das escolas ▪ Audição de escolas e autarquias envolvidas na experiência piloto em curso 	1. ^a
		Articulação entre ciência, economia e desenvolvimento regional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre as necessidades, a importância e o estado atual da oferta formativa das empresas, tendo em conta as necessidades dos contextos territoriais. 	4. ^a
2. Aprendizagens, equidade e coesão social	Currículo e condições de aprendizagem	Reorganização pedagógica das escolas e promoção do sucesso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de audições a diretores escolares e a responsáveis por projetos pedagógicos inovadores e eficazes 	1. ^a
		Avaliação das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre modelos de avaliação do ensino básico e secundário e respetivo impacte na retenção dos alunos ▪ Parecer sobre o modelo de avaliação do 1º ciclo ▪ Reflexão sobre o aumento da retenção no 1º ciclo 	2. ^a
		Currículo na sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da aplicação das metas curriculares ▪ Relatório técnico sobre a organização do tempo escolar ▪ Enriquecimento curricular e escola a tempo inteiro no ensino básico ▪ Análise do impacto da introdução do ensino do Inglês no 1º CEB nos ciclos subsequentes ▪ Reflexão sobre articulação vertical e gestão integrada do currículo ▪ O que não se aprende hoje na escola (línguas e culturas clássicas) ▪ Novas abordagens curriculares (Catalunha e Finlândia) 	2. ^a

		Aprendizagem na era digital	<ul style="list-style-type: none"> Realização de seminário sobre Aprendizagem, TIC e Redes Digitais (junho) 	2. ^a	
		Cidadania e cultura	<ul style="list-style-type: none"> Realização de audições sobre Plano Nacional de Leitura e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares 	2. ^a	
		Sucesso e abandono escolares	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e divulgação de boas práticas no combate ao insucesso e abandono escolares Reflexão em torno da gratuitidade da educação e aquisição de manuais escolares 	2. ^a	
		Articulação entre níveis/ graus de ensino e mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Recomendação sobre "Transição entre o ensino secundário, o ensino superior e o mercado de trabalho" 	2. ^a e 4. ^a	
		Diversificação do ensino e qualificação de jovens	Formação vocacional e profissionalizante	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da oferta de cursos vocacionais de nível básico e secundário, incluído o acesso ao ensino superior a partir desta via Ensino profissional: problemas e desafios Reflexão sobre a oferta e frequência do ensino artístico especializado (básico e secundário) Realização de seminário sobre Políticas Europeias de Educação e Formação Vocacional 	4. ^a
			Alargamento da escolaridade obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de documento-síntese da reflexão efetuada. 	2. ^a
		Orientação educativa e profissional	Progressão de estudos e condições de acesso	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos problemas e constrangimentos que se colocam na orientação educativa e profissional. Acompanhamento dos trabalhos da ANQEP e dos CQEP. 	4. ^a
		Educação Especial	Práticas de inclusão de alunos com NEE	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de experiências 	2. ^a
		Qualificação da população adulta	Modalidades e ofertas de formação	<ul style="list-style-type: none"> Seminário sobre "Ofertas de Educação e Formação de Adultos". Acompanhamento dos trabalhos da ANQEP e dos CQEP. 	4. ^a
	3. Conhecimento, inovação e cultura científica	Reformas do ensino superior	Rede de instituições, oferta de cursos e ensino a distância	<ul style="list-style-type: none"> Reflexão sobre organização do sistema, percursos e trajetos dos estudantes e abandono escolar no ensino superior 	3. ^a

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento do processo de reorganização da rede ▪ Recomendação sobre "Rede de ensino superior e a retração demográfica" 	
		Financiamento do ensino superior e ação social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da situação e realização de seminário 	3. ^a
		Sistemas internos de garantia da qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de audições 	3. ^a
		Governança do ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento da avaliação e acreditação de cursos e instituições 	3. ^a
	Investigação e desenvolvimento tecnológico	Transferência de conhecimento e empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento do impacto da Política de Coesão e Investimento da UE (seminário sobre financiamento, inovação e empreendedorismo) 	3. ^a
4. Condição docente	Formação de professores	Formação inicial, contínua e especializada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre a formação de professores/formadores e outros profissionais do ensino e formação vocacional de jovens e adultos. ▪ Avaliação <i>in loco</i> em visitas a Centros Protocolares de Formação Profissional. 	5. ^a 4. ^a
	Profissão docente	Condições de exercício da profissão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação de um documento de análise e reflexão sobre a condição docente ▪ Reflexão e debate sobre as condições de acesso à profissão e a formação inicial de professores. 	5. ^a



Rua Florbela Espanca / 1700-195 LISBOA

Contacto (+351) 217 935 245